

5 - A variação da concordância verbal no português popular da cidade de São Carlos

Alexandre Monte

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTE, A. A variação da concordância verbal no português popular da cidade de São Carlos. In: COSTA, DS., org. *Pesquisas linguísticas pautadas em corpora* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 153-174. ISBN 978-85-68334-41-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS POPULAR DA CIDADE DE SÃO CARLOS¹

*Alexandre Monte*²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo da variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular falado da cidade de São Carlos, localizada no interior do Estado de São Paulo, Brasil.

No Brasil, a concordância verbal é um fenômeno variável que atrai muito a atenção social e, de acordo com Bagno (2009, p. 104), é o fenômeno linguístico que mais desperta atitudes de discriminação entre os falantes urbanos letrados. Os exemplos (1-4) ilustram a realização variável da concordância, foco do presente estudo:

(1) os menino *qué* coisa boa viu? (FNI)³

-
- 1 Este texto constitui uma versão revista e adaptada de minha dissertação de mestrado (Monte, 2007), sob orientação da professora Rosane de Andrade Berlinck.
 - 2 Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara
 - 3 A codificação que segue os exemplos indica as seguintes informações sobre o/a informante: a primeira letra refere-se ao sexo (F – feminino ou M – masculino); a segunda à escolaridade (N – não alfabetizado/a ou E – EJA/formação supletiva) e a última ao nome.

- (2) eles não *querem* respeitá o nossos direito... (FEP)
 (3) eles *foi* buscá a gente lá... (MNC)
 (4) aí: ... eles *foru* a gente ficô né?... (MEA)

Do ponto de vista exclusivamente semântico, não há diferença entre as construções que contêm as formas singulares e plurais dos verbos ilustrados acima, porque em ambos os casos a leitura é plural. No entanto, essa diferença formal se transformou – num país socialmente tão desigual como o Brasil – num pesado fator de discriminação.

Este estudo sociolinguístico procurou buscar os fatores linguísticos e sociais que estariam atuando na realização da variável. Em todos os trabalhos analisados no Brasil, pudemos constatar que é possível correlacionar a aplicação variável de concordância entre sujeito/SN e verbo tanto a fatores internos (linguísticos) quanto a fatores externos (sociais). Estamos seguros de que a concordância verbal é um fenômeno linguístico que não pode ser analisado apenas em termos de suas relações internas na gramática, mas deve ser visto como parte de um contexto sociocultural mais amplo.

Além da contribuição teórico-descritiva, não podemos deixar de ressaltar a relevância social deste trabalho, pois a concordância verbal no Brasil, como já mencionamos, é um dos fenômenos variáveis da língua que mais tem sofrido avaliação social e alimentado manifestações de preconceito e intolerância linguísticos.

Pressupostos teóricos

De acordo com Neves (2001, p. 34), um dos dois grandes marcos de alteração da história da consideração da gramática (e, por extensão, da norma), no Ocidente, ligado ao desenvolvimento da ciência linguística, foi

[...] o aparecimento dos estudos variacionistas (sociolinguística), que passaram a vincular padrões a usos, usos a registros, registros a

eficácia, com isso obtendo reverter a avaliação, no campo da atuação linguística, de diferença, como possível deficiência, para diferença, como garantia de eficiência de comunicação. (ibidem, p. 34).

Nosso estudo foi realizado com base nos princípios teóricos da “Teoria da Variação e Mudança Linguística” (Weinreich; Labov; Herzog, 1968; Labov, 1972; 1994; 2001; 2003).

A Sociolinguística atua nas fronteiras entre língua e sociedade, focalizando os empregos concretos da língua. Os fenômenos de variação linguística são condicionados, não só por fatores internos à estrutura linguística, mas também por fatores extralinguísticos, de natureza social, ligados ao próprio falante e à situação em que a comunicação se processa.

Incorporando a variação na descrição e na teoria linguísticas, Labov (1972; 1994; 2001; 2003) introduz alguns conceitos teórico-metodológicos de extrema importância para a análise de nosso objeto de pesquisa. Segundo o autor, todo sistema linguístico é dotado de um conjunto de regras que não podem ser violadas. A esse conjunto de leis internas se costuma dar o nome de “regras categóricas” (i.e. regras linguísticas que sempre se aplicam). Mas, além das “regras categóricas”, existem as “regras semicategóricas” e as “regras variáveis”.

No texto “Some sociolinguistic principles”, Labov (2003, p. 241-3) explica os três tipos de regras linguísticas e a frequência com que cada tipo de regra opera.

Quadro 1 – Tipologia de regras apresentada por Labov (2003).

Tipo de regra	Frequência com que opera
I – Categórica	100%
II – Semicategórica	95-99%
III – Variável	5-95%

Fonte: Labov, 2003, p.241-3

O conceito de “regra variável” é utilizado para substituir a noção de regra opcional do Estruturalismo, uma vez que não pressupõe variação livre, mas, sim, sistemática.

As formas linguísticas em variação em uma determinada comunidade de fala são denominadas “variantes linguísticas”. Essas são definidas como formas alternativas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto. Embora sejam idênticas em seu valor referencial, as variantes podem opor-se quanto ao seu significado social e/ou estilístico. Ao conjunto de variantes dá-se o nome de “variável linguística”. Assim, a concordância verbal no português do Brasil constitui precisamente uma “regra variável”, ou uma “variável linguística”, que abrange duas “variantes”: a presença ou a ausência de marca de plural no verbo.

Procedimentos metodológicos

Por meio de um estudo empírico e sincrônico, analisamos a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de vinte pessoas residentes numa comunidade da periferia urbana da cidade de São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo, Brasil. São jovens e adultos de 20 a 40 anos, de ambos os sexos, de procedência geográfica diversificada, diferenciados, também, com relação ao grau de escolarização: dez não alfabetizados e dez concluintes da oitava série do ensino fundamental na EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O Quadro 2 que apresentamos a seguir resume as características dos nossos informantes.

A cidade de São Carlos está localizada no centro geográfico do estado de São Paulo. De acordo com o Censo 2010 do IBGE,⁴ a população de São Carlos é de 221.950 habitantes, sendo 213.061 na área urbana e 8.889 na área rural. São 108.914 homens e 113.036 mulheres.⁵

4 Dados obtidos do *site* www.ibge.gov.br.

5 O Censo 2000 do IBGE revelava uma população de 192.998 habitantes, sendo 9.565 na área rural e 183.433 na área urbana.

Quadro 2 – Resumo das características dos informantes

Informante	Gênero	Idade	Escolaridade	Procedência
M	F	30	não alfabetizada	São Carlos / SP
N	F	35	não alfabetizada	Monte Alto / SP
I	F	34	não alfabetizada	São José de Piranha / PB
E	F	27	não alfabetizada	Arapiraca / AL
L	F	25	não alfabetizada	São Carlos / SP
S	M	31	não alfabetizado	São Benedito do Sul / PE
J	M	31	não alfabetizado	Bernardo Vieira / PE
G	M	29	não alfabetizado	Tamboril / CE
D	M	35	não alfabetizado	Rinópolis / SP
C	M	35	não alfabetizado	União dos Palmares / AL
H	F	27	8ª série – EJA	Morro do Chapéu / BA
Z	F	23	8ª série – EJA	Manhuaçu / MG
P	F	38	8ª série – EJA	Alto Piquiri / PR
W	F	22	8ª série – EJA	Catende / PE
R	F	34	8ª série – EJA	Tanabi / SP
A	M	22	8ª série – EJA	Ortigueira / PR
T	M	38	8ª série – EJA	Rubelita / MG
B	M	27	8ª série – EJA	Faxinal / PR
V	M	30	8ª série – EJA	Canindé / CE
O	M	35	8ª série – EJA	Sarutaiá / SP

Em relação à população que reside na comunidade periférica estudada, tomamos aqui como base as vinte entrevistas realizadas por nós e, também, o relatório de abril de 2006 de uma pesquisa censitária. Essa pesquisa censitária foi solicitada pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Carlos/SP, com o objetivo de identificar demandas em educação e construir indicadores sociais mínimos para subsidiar o planejamento de políticas públicas para a região. A comunidade estudada compreende os bairros Cidade Aracy 1, Cidade Aracy 2, Antenor Garcia e Presidente Collor. Foram realizadas 4.006 entrevistas e o número total de moradores indicado foi de 15.604, distribuídos pelas quatro regiões.

Mais de 42% das famílias vieram de outras regiões do estado de São Paulo ou de outros estados. É possível verificar que questões relacionadas à moradia, ao emprego, enfim, à condição de vida, são os principais fatores que impulsionaram grupos familiares a deixar seu local de origem. As dificuldades nesse processo de migração não se encerram quando os retirantes encontram um lugar para se fixar. Muitas famílias sofrem as consequências da economia excludente, sobrevivendo do emprego informal e de ajudas de entidades assistenciais ou de voluntários.

As entrevistas sociolinguísticas informais foram realizadas por nós de modo que se aproximassem da língua falada do dia a dia. Feitas todas as transcrições das entrevistas, os dados foram levantados e, após a codificação conforme os fatores linguísticos e sociais estabelecidos, submetidos ao conjunto de programas computacionais Varbrul (cf. Pintzuk, 1988; Sankoff, 1988) e ao programa Goldvarb 2001 (Varbrul para ambiente *Windows*).

A presente pesquisa contempla o estudo com sujeitos/SNs simples (de um só núcleo) de estrutura simples de terceira pessoa do plural.

Análise e resultados

Como trabalhamos com pessoas de nula e pouca escolaridade, fato que justifica dizermos que são falantes do português popular, já era esperada a baixa frequência da concordância verbal. Do total de mil ocorrências de terceira pessoa do plural estudadas no nosso *corpus*, 753 (75%) não trazem a marca formal de plural nos verbos, sendo que apenas 247 (25%) apresentam a marca formal de plural. Apesar de predominar a não concordância, os resultados evidenciam que estamos diante de um caso de variação. Vale destacar que esses resultados são o inverso de outras amostras com mais escolarização. Em Scherre e Naro (1997), por exemplo, há 73% de presença de concordância e 27% de não concordância, mas os efeitos linguísticos e sociais, em termos de tendências, são os mesmos, o que se reflete nos pesos relativos.

Os programas Varbrul e Goldvarb 2001, que também efetuam a seleção das variáveis independentes estatisticamente significativas, selecionaram, na ordem de importância, os seguintes grupos de fatores:

- 1) grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural;
- 2) paralelismo formal no nível oracional;
- 3) presença ou ausência do “que” relativo entre o SN controlador da concordância e o verbo;
- 4) escolaridade;
- 5) gênero.

Grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural⁶

O grupo de fatores saliência fônica foi o que se mostrou mais relevante na análise estatística realizada, sendo o primeiro a ser selecionado pelos programas Varbrul e Goldvarb 2001.

A escala utilizada na análise, proposta por Lemle e Naro (1977),⁷ compreende dois níveis (conforme a intensidade dos segmentos fonéticos que realizam a oposição), e seis classes (conforme a crescente diferença material entre as formas verbais do singular e do plural):

1ª NÍVEL (menos saliente): contém os pares cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados (não marcados) em ambos os membros. Estão em sílaba átona.

CLASSE R: verbos regulares. A diferença entre singular e plural reside na nasalidade (envolve só nasalização ou nasalização e mudança na qualidade da vogal na forma plural). Exs.: *fala/falam*; *come/comem*; *era/eram*; *sai/saem*.

6 No controle dessa variável, foram desconsideradas as vinte ocorrências com sujeito/SN posposto ao verbo. A categoria de sujeito/SN posposto apresentou 100% de não concordância. Como o programa que gera o cálculo do peso relativo não trabalha com fatores sem variação, quando temos *knockout*, foi necessário eliminar essas ocorrências.

7 A escala de saliência fônica foi reformulada por Naro em 1981.

CLASSE V: a diferença entre o singular e o plural reside numa vogal final átona, possivelmente nasalada (nasalização e acréscimo de segmento na forma plural). Exs.: *faz/fazem; quer/querem; diz/dizem; traz/trazem*.

2ª NÍVEL (mais saliente): contém os pares cujos segmentos fonéticos com valor mórfico são acentuados (são marcados) em pelo menos um membro da oposição.

CLASSE L: elemento vocálico tônico oral no singular, em contraste com ditongo tônico nasal no plural. Envolve ditongação e/ou mudança na qualidade da vogal na forma plural. Exs.: *está/estão; dá/dão; vai/vão*.

CLASSE E: Pretéritos Perfeitos regulares, independentemente da conjugação; o acento recai na vogal temática. Exs.: *falou/falaram; vendeu/venderam; partiu/partiram*.

CLASSE F: Pretéritos Perfeitos irregulares, com variação no grau de abertura da vogal tônica, em ambas as formas do singular e do plural. Exs.: *trouxe/trouxeram; fez/fizeram; teve/tiveram; veio/vieram; deu/deram*.

CLASSE W: forma completamente distinta para o singular e o plural. Ex.: *é/são*.

Os resultados expostos na Tabela 1 confirmam a hipótese formulada e vêm corroborar os de outros estudos.

Tabela 1 – Frequência e peso relativo de concordância verbal conforme o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

Fatores	Frequência	PR
R – <i>fala/falam</i>	12/529 = 2%	0,13
V – <i>quer/querem</i>	10/71 = 14%	0,49
L – <i>vai/vão</i>	90/169 = 53%	0,90
E – <i>falou/falaram</i>	73/128 = 57%	0,93
F – <i>teve/tiveram</i>	22/30 = 73%	0,97
W – <i>é/são</i>	40/53 = 75%	0,98
Total	247/980 = 25%	Range 85

Os nossos resultados revelam claramente que os verbos cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados (oposição menos saliente) tendem a não trazer a marca formal de plural. Já quando a diferença entre a forma singular e plural é muito perceptível, temos um forte fator condicionante para os verbos serem marcados.

Observando a escala de saliência fônica utilizada na nossa análise, percebemos nitidamente a crescente frequência de concordância à medida que a saliência verbal vai aumentando. Ao passar de V (*quer/querem*) para L (*vai/vão*), há um salto bastante grande; ou seja, o maior salto no índice de concordância ocorre entre os níveis 1 e 2 da hierarquia oposicional. Esse salto é de 39 pontos percentuais em termos de frequência e 41 em termos de peso relativo.

Paralelismo formal⁸

Esse grupo de fatores se baseia no estudo de Scherre e Naro (1993). Os pesquisadores analisaram o paralelismo formal no nível oracional (marcas no sujeito) e no nível discursivo (marcas no verbo). Em nossa pesquisa, analisamos apenas o paralelismo formal no nível oracional, que abrange duas categorias, ilustradas a seguir:

- a) presença da forma de plural explícita no último (ou único) elemento do SN sujeito:

(5) eles num *gosta* dos pobre (FNL)

(6) nas pessoas que *tão* dormindo debaixo da ponte... (FEP)

(7) as/ as senhoras assim *cantam*... (FEH)

- b) presença da forma zero de plural no último elemento do SN sujeito:

(8) as criança vai *querê* fazê também né?... (FNM)

8 No controle dessa variável, foram desconsideradas as 277 ocorrências com sujeito nulo e as vinte ocorrências com sujeito/SN posposto ao verbo.

- (9) mais já os menino_é mais espertos do que ela (FEH)
 (10) e os médico_não achava o pobrema... (MET)

O grupo de fatores paralelismo formal também se mostrou muito relevante na análise estatística realizada, sendo o segundo a ser selecionado pelos programas Varbrul e Goldvarb 2001. Os resultados gerais obtidos para esse grupo vêm expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência e peso relativo de concordância verbal segundo o paralelismo formal no nível oracional.

Fatores	Frequência	PR
– forma de plural explícita no último (ou único) elemento	148/520 = 28%	0,62
– forma de plural zero no último elemento	20/183 = 11%	0,19
Total	168/703 = 24%	Range 43

Os valores mostram que a hipótese foi confirmada: há realmente maior frequência de realização de concordância verbal quando a marca formal de plural está presente no último ou único elemento do SN (28%). A frequência cai para 11% quando temos ausência da marca formal de plural no último elemento. Essa tendência fica mais evidente ao analisarmos os pesos relativos: 0,62 quando o último ou único elemento do SN apresenta marca explícita de plural e 0,19 quando o último elemento apresenta zero.

Lembramos que nossa hipótese era justamente essa: marcas levam a marcas e zeros levam a zeros ou, em termos mais gerais, tem se verificado uma tendência de formas gramaticais semelhantes ocorrerem juntas (Scherre e Naro, 1993, p.2).

Presença ou ausência do “que” relativo⁹

Nesse grupo de fatores, separamos o “que” relativo dos demais elementos intervenientes que possam ocorrer entre o SN controla-

⁹ No controle dessa variável, foram desconsideradas as 277 ocorrências com sujeito nulo e as vinte ocorrências com sujeito/SN posposto ao verbo.

dor da concordância e o verbo. Acreditamos, assim como Naro e Scherre (2003), que a presença do pronome relativo “que” inibe as chances de o verbo apresentar marca explícita de plural. O grupo compreende duas categorias:

a) ausência do “que” relativo:

(11) eles não se *abateru* não (MNC)

(12) eles também não *fazem* por conta (MEO)

b) presença do “que” relativo:

(13) tem uns home que *vai* imprensando lá (MNS)

(14) tá certo que tem pessoas que *bate* muito em criança nê?... (MET)

Na ordem de relevância, esse grupo de fatores foi o terceiro selecionado.

Tabela 3 – Frequência e peso relativo de concordância verbal em função da presença ou ausência do “que” relativo.

Fatores	Frequência	PR
– presença do “que” relativo	18/108 = 17%	0,20
– ausência do “que” relativo	150/595 = 25%	0,56
Total	168/703 = 24%	Range 36

Os resultados da Tabela 3 mostram que a presença do “que” relativo inibe, realmente, a marca explícita de plural nos verbos. A diferença entre as duas categorias chega a 36 em termos de peso relativo, o que nos leva a afirmar que constitui fator importante nos estudos de concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Posição do sujeito/SN em relação ao verbo

Os pioneiros no estabelecimento dessa variável foram Lemle e Naro (1977). Os pesquisadores postularam o princípio da saliência

posicional, ou seja, as relações sintáticas entre sujeito/SN e verbo ficam mais salientes quando o sujeito/SN determinante e controlador da concordância verbal antecede o verbo determinado e candidato à concordância.

O sujeito/SN posposto aparece em vinte ocorrências do nosso *corpus* e em nenhuma delas o verbo traz a marca de plural explícita, como ilustram os exemplos:

(15) acho que *tá* certo eles mesmo... (MEO)

(16) onde *fica os velhinho* lá (MEV)

(17) mais deu esse horário... meio dia uma hora... *acabô as consulta* (FEZ)

(18) então... *chegava os moleque*... (MEV)

Outros estudos pesquisados (cf. Naro, 1981; Rodrigues, 1987; Berlinck, 1988; Vieira, 1995; Monguilhott e Coelho, 2002; Gameiro, 2005; Rubio, 2008; entre outros) também revelam que a não concordância com sujeito posposto é muito alta.

Lê-se em Berlinck (1988. p.97-8, grifo da autora):

[...] a quase categoricidade com que a *ausência de concordância* se associa à V SN e a manutenção desse resultado em relação aos demais fatores confirmam sua relevância e justificam a seleção do fator como explanatoriamente forte. Essa associação tem servido de argumento favorável à tese do caráter “menos subjetivo” do sujeito (ou SN) que ocorre em V SN, uma vez que a concordância verbal sempre foi considerada uma das propriedades formais definidoras da função-sujeito.

Monguilhott e Coelho (2002) e Gameiro (2005) concluem que o sujeito posposto ao verbo passa a ser encarado como objeto pelo falante, que não realiza a concordância, já que não o considera sujeito da sentença.

Bagno (2009, p.113), em defesa do português brasileiro, afirma que a não concordância com o sujeito posposto é um caso exemplar de mudança linguística irreversível.

Se na língua escrita clássica os exemplos são esporádicos, na fala brasileira atual a frequência de uso dessa regra beira os cem por cento. Por isso, não adianta nada lutar contra ela: é dar murro em ponta de faca. O mais democrático a fazer é admitir que a concordância do verbo com o sujeito posposto (seja ele composto ou simples) é variável, e que a não concordância é uma opção tão adequada quanto a concordância. Trata-se, simplesmente, de optar por duas análises sintáticas, igualmente válidas: (1) o elemento posposto ao verbo é o sujeito da oração; (2) o elemento posposto ao verbo é objeto de um verbo impessoal. Ah, como é simples e, ao mesmo tempo, difícil alcançar a felicidade!

Escolaridade¹⁰

Vale ressaltar, primeiramente, as condições de ensino dos informantes escolarizados da nossa amostra. Quando falamos em condições, não queremos dizer que o ensino é ou foi de má qualidade, mas que se trata de pessoas jovens e adultas que estavam tendo uma formação escolar supletiva. A especificidade desse grupo é apontada por Bortoni-Ricardo (2008, p.375, grifos nossos):

O indivíduo de pouca cultura formal possivelmente só chegará a ter consciência do caráter estigmatizado da concordância não padrão depois de um período de escolarização e de convívio com o dialeto de classe média urbana. Não se pode precisar a duração desse período sem que se proceda a estudos experimentais. *Pode-se, porém, prever que esse indivíduo adotará a certa altura de sua formação escolar supletiva as normas de avaliação da classe mais alta, mas tenderá sempre a usar a regra de concordância padrão com menos frequência, pois ele a assimilou tardiamente.*

10 No controle dessa variável, foram desconsideradas as 20 ocorrências com sujeito/SN posposto ao verbo (100% de não concordância).

É sabido que na EJA (Educação de Jovens e Adultos), a cada seis meses, o aluno conclui uma série. Já no ensino regular, uma série corresponde a um ano de estudo. No momento das entrevistas, os nossos informantes estavam cursando a oitava série na EJA. Como cada um deles possui uma experiência de vida muito diferente, não tivemos conhecimento quanto aos intervalos de tempo em que eles ficaram longe da escola. Com base em um levantamento a respeito dos motivos pelos quais eles pararam de estudar, constatou-se que são diversos: tiveram de trabalhar e o horário coincidia com o horário das aulas; estavam cansados e desmotivados; não gostavam da escola; alguns tiveram problemas de saúde e muitas mulheres ficaram grávidas ou tiveram de parar por causa dos filhos/netos.

Tendo em conta esse quadro de escolarização, parece-nos que os resultados da análise se mostram ainda mais significativos. Diferenças quanto ao grau de escolaridade dos informantes se revelaram significativamente atuantes na variação da concordância verbal, como mostram os índices na Tabela 4:

Tabela 4 – Frequência e peso relativo de concordância verbal segundo o grau de escolaridade do informante.

Fatores	Frequência	PR
– não alfabetizados	94/491 = 19%	0,40
– escolarizados (EJA)	153/489 = 31%	0,60
Total	247/980 = 25%	Range 20

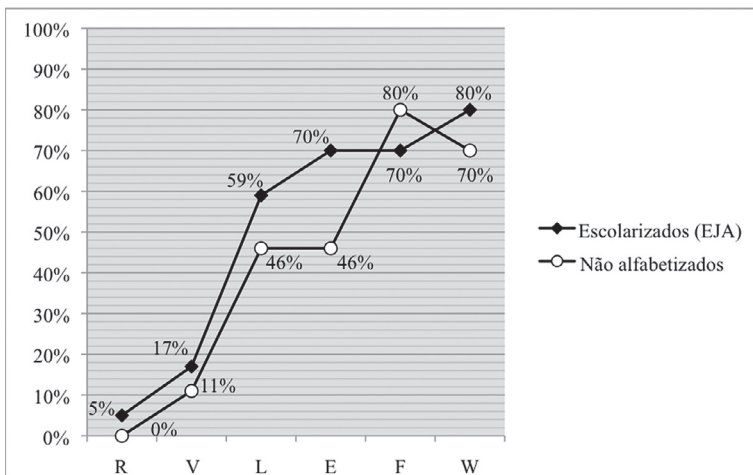
Como hipotetizado, vemos que há maiores chances de aplicação da concordância entre falantes escolarizados do que entre os não alfabetizados. Desse modo, da análise fica um indício de que a escolaridade, mesmo supletiva, influencia o fenômeno variável de concordância verbal. cremos que é possível afirmar que a influência normativa da escola tem um papel importante na aquisição de formas verbais marcadas de número-pessoa; ou seja, da variedade padrão de concordância.

Assim como Naro e Scherre (1999), resolvemos analisar o cruzamento das variáveis escolaridade e saliência fônica, a fim de verificar se a nitidez da escala da saliência fônica tem relação com os níveis de escolarização dos informantes. Os resultados se encontram na Tabela 5 e no Gráfico 1.

Tabela 5 – Frequência de concordância verbal segundo o grau de escolaridade e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

Fatores	Frequência de concordância	
	– não alfabetizados	– escolarizados (EJA)
R– <i>fala/falam</i>	0/279 = 0%	12/250 = 5%
V– <i>quer/querem</i>	4/35 = 11%	6/36 = 17%
L– <i>vai/vão</i>	35/76 = 46%	55/93 = 59%
E– <i>falou/falaram</i>	31/68 = 46%	42/60 = 70%
F– <i>teve/tiveram</i>	8/10 = 80%	14/20 = 70%
W– <i>é/são</i>	16/23 = 70%	24/30 = 80%

Gráfico 1 – Frequência de concordância verbal segundo o grau de escolaridade e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.



Encontramos um número maior de ocorrências na classe R, sendo 279 entre os não alfabetizados e 250 nos escolarizados. Essas ocorrências estão bem distribuídas nas duas categorias de escolaridade. Os informantes não alfabetizados não realizam qualquer concordância com verbos da classe R. O efeito da baixa saliência mostra que, com tais verbos, as pessoas não alfabetizadas da nossa amostra deixam de concordar sujeito e verbo sistematicamente. Já nos escolarizados, podemos observar uma frequência de 5% de concordância. É claro que a diferença não é tão significativa, mas, levando em consideração o grande número de ocorrências (279 e 250) e a baixa saliência que os verbos da classe R apresentam, é um sinal de que a escolaridade atua. Acreditamos que esse índice deva aumentar, conforme aumentarem os anos de escolaridade.

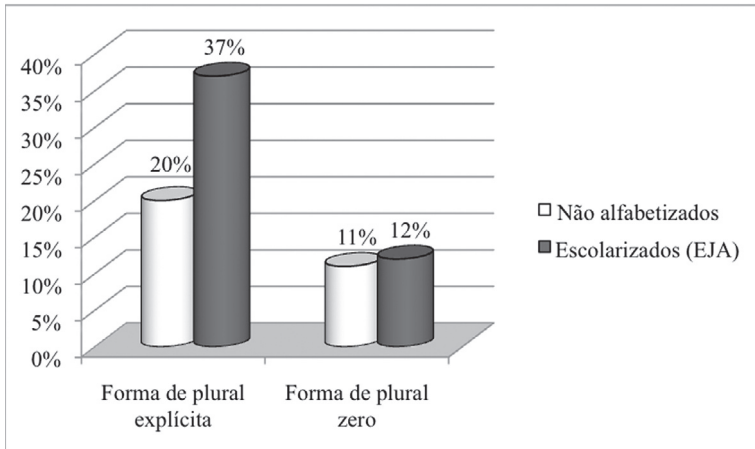
Nas classes R, V, L, E e W, os não alfabetizados realizam menos concordância verbal do que os escolarizados. Na classe F, em que a diferença fônica das formas de singular e plural é bem perceptível, até os não alfabetizados realizam mais a concordância. Na classe W, verificamos que a diferença é de apenas dez pontos percentuais em termos de frequência. Isso indica que nas classes de verbos de oposição bem marcada, os falantes não alfabetizados também utilizam com frequência a concordância verbal.

Observamos o aumento na frequência de concordância seguindo a escala de saliência, qualquer que seja o nível de escolaridade. Esse movimento ascendente, no entanto, não anula as diferenças estabelecidas pela escolaridade, mostrando que os dois parâmetros agem conjuntamente.

O Gráfico 2 nos mostra os resultados da atuação do princípio do paralelismo juntamente com o grau de escolaridade dos nossos informantes.

Quando temos a forma de plural zero no último elemento, os índices de frequência são praticamente os mesmos nos não alfabetizados e nos escolarizados (11% e 12%). A diferença é notável quando temos a forma de plural explícita no último elemento. Nesse caso observamos claramente a tendência dos escolarizados a marcarem mais o verbo. Essa diferença em termos de frequência é de 17 pontos percentuais.

Gráfico 2 – Frequência de concordância verbal segundo o grau de escolaridade e o paralelismo formal no nível oracional.



Não podemos deixar de ressaltar a importância dos cruzamentos nos estudos dessa natureza, que revelam uma confluência entre os fatores determinantes na realização de uma variável linguística.

Gênero¹¹

A motivação para avaliar o papel do gênero sobre a variação linguística pode ser sintetizada pelas palavras de Rodrigues (1987, p.199):

As variedades linguísticas ligadas a sexo aparecem como resultado do fato de a língua, enquanto fenômeno social, estar intimamente relacionada com atitudes sociais. Homens e mulheres são socialmente diferentes, a eles são atribuídos diferentes papéis e, por isso, deles se esperam padrões de comportamento diferenciados...

¹¹ No controle dessa variável, foram desconsideradas as vinte ocorrências com sujeito/SN posposto ao verbo (100% de não concordância).

A variável social gênero foi selecionada em quinto lugar pelos programas Varbrul e Goldvarb 2001, apresentando o menor *range*.

Tabela 6 – Frequência e peso relativo de concordância verbal conforme o gênero.

Fatores	Frequência	PR
– masculino	121/488 = 25%	0,45
– feminino	126/492 = 26%	0,55
Total	247/980 = 25%	<i>Range</i> 10

Se analisarmos somente as frequências puras, não conseguiremos enxergar a atuação da variável gênero, já que homens e mulheres apresentam, praticamente, as mesmas frequências. Em termos de peso relativo, a diferença é um pouco maior (*range* de 10) e a variável foi selecionada como estatisticamente relevante.

As mulheres da nossa amostra demonstraram um pouco mais de sensibilidade à variante de prestígio. Em relação à concordância verbal de terceira pessoa do plural, muitas pesquisas sociolinguísticas com dados do português brasileiro já comprovaram a preferência feminina pela variante padrão.

Procedência do informante

Antes de iniciarmos este trabalho com a comunidade, pretendíamos colher amostra da língua falada exclusivamente dos são-carlenses, ou moradores da cidade desde os 5 anos de idade, com vistas a desenvolver um trabalho de análise de uma comunidade homogênea quanto à procedência. Mas a realidade mostrou-se bastante diferente: das vinte entrevistas que realizamos, nove pessoas são da região Nordeste e onze das regiões Sul e Sudeste. Dessas onze, cinco não são do estado de São Paulo e apenas duas são da cidade de São Carlos. Por isso, resolvemos controlar a procedência do informante.

Com uma diferença de apenas sete pontos percentuais em termos de frequência entre Nordeste (21%) e Sul/Sudeste (28%), a variável social procedência do informante foi descartada pelos programas, ou seja, não foi estatisticamente significativa.

Tabela 7 – Frequência de concordância verbal segundo a procedência do informante.

Fatores	Frequência
– Nordeste	91/426 = 21%
– Sul/Sudeste	156/554 = 28%
Total	247/980 = 25%

Temos um indício de que a não concordância tende a ser um traço comum a todos os não alfabetizados ou de baixa escolaridade de todas as regiões do Brasil.

Reflexões finais

Acreditamos que este trabalho tenha alcançado seu objetivo principal que é revelar, juntamente com os já existentes, a sistematicidade que existe na variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Os nossos resultados revelam uma regra efetivamente variável (cf. Labov, 2003, p.242). Dentre os fatores linguísticos atuantes, destacamos a saliência fônica da oposição singular/plural dos verbos, o paralelismo formal no nível oracional, a presença/ausência do pronome “que” relativo, a posição do sujeito/SN em relação ao verbo. A escolaridade, entre os fatores sociais, assume um papel fundamental na aquisição de uma regra de concordância que apresenta um baixo percentual de frequência em variedades populares e coloquiais no Brasil.

De acordo com Scherre e Naro (1998), é possível prever em que estruturas linguísticas e em que situações sociais os falantes são mais propensos a colocar ou não a marca formal de plural no verbo. Vamos tecer alguns comentários com base no exemplo abaixo:

(19) aquelas criança rebelde **que** num *escuta* ninguém (FNE)

Esse caso da nossa amostra é de uma informante não alfabetizada. Além da presença do “que” relativo mascarando a relação SN/

verbo, temos o verbo “escutar” que pertence ao primeiro nível da escala da saliência fônica (a diferença entre a forma singular e plural é pouco perceptível) e o último elemento do sintagma nominal controlador da concordância não traz a marca explícita de plural. Como podemos notar, há uma confluência de fatores favorecendo a ausência de concordância, inclusive um fator social.

Os estudos sociolinguísticos têm mostrado que a variação não é de maneira alguma aleatória. Ao contrário, é altamente estruturada. A concordância verbal é um fenômeno que não está imune à estigmatização, muito pelo contrário: se o falante não a realiza, principalmente com os verbos mais salientes da escala da saliência fônica, ele pode “sentir na pele” o preconceito linguístico existente no nosso país. Dessa forma, estudos sociolinguísticos como o nosso, além da contribuição teórico-descritiva, podem contribuir no combate ao preconceito linguístico tão arraigado na nossa sociedade.

Referências bibliográficas

- BAGNO, M. *Não é errado falar assim!* Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BERLINCK, R. A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Campinas, 1988. 265 fls. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (orgs). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p.362-80.
- GAMEIRO, M. B. *A concordância verbal na língua falada da região central do estado de São Paulo*. Araraquara, 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change*. Malden: Blackwell Publishers, 1994. v. 1: Internal factors.

- _____. *Principles of linguistic change*. Malden: Blackwell Publishers, 2001. v. 2: Social factors.
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 234-250.
- LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Relatório final da pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford. Rio de Janeiro: Mobral, Fundação Ford, 1977.
- MONGUILHOTT, I. O. S.; COELHO, I. L. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: Educat, 2002. p.189-216.
- MONTE, A. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. Araraquara, 2007. 118 fls. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, Baltimore, v. 57, n. 1, p.63-98, 1981.
- _____; SCHERRE, M. M. P. Influência de variáveis escalares na concordância verbal. *A cor das letras*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999. p.17-34.
- _____. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p.383-401.
- NEVES, M. H. M. As gramáticas: o usuário e a norma. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS, 1., 2001, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2001. p.28-46.
- PINTZUK, S. *Varbrul programs*. 1988. Mimeografado.
- RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. São Paulo, 1987. 259 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- RUBIO, C. F. *A concordância verbal na língua falada na região noroeste do estado de São Paulo*. São José do Rio Preto, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.
- SANKOFF, D. Variable rules. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (eds.). *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. Berlin: Walter de Gruyter, 1988. p.984-98.

- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 9, n. 1, p.1-14, 1993.
- _____. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p.93-114.
- _____. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (org.). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1998, Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998. v. 5, p. 509-523.
- VIEIRA, S. R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (eEds.). *Directions for historical linguistics*. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p.95-195.